



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Relatório da Audiência Pública “Praia da Preguiça: impactos da ampliação do quebra-mar da Bahia Marina e ameaça de fechamento da praia”.

Data: 18/06/2013

Horário: das 9:30 às 13:30.

Local: Auditório Jutahy Magalhães - ALBA.

Abertura: Maria del Carmen – deputada estadual, presidente da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da ALBA

No Centro Antigo de Salvador, notadamente no bairro Dois de Julho, vem tomando corpo processos de reestruturação urbana, mais particularmente ações corporativas e públicas apoiadas na lógica da gentrificação e da privatização do espaço urbano. Exemplos disso são a implantação do Cloc Marina Residence, de empreendimentos hoteleiros (a exemplo da rede TXAI Resorts) e residenciais de alto padrão, a ampliação do quebra-mar da Bahia Marina, entre outros. Tais projetos terão profundos impactos urbanos e ambientais na região do Centro Antigo, além de obstruir parte significativa da vista da paisagem da Baía de Todos os Santos, patrimônio histórico e natural do país e do Estado a Bahia.

No dia 12 de julho, a então Subcomissão de Desenvolvimento Urbano realizou, conjuntamente com a Vereadora Marta Rodrigues, uma Audiência Pública para discutir o projeto de Humanização do bairro 2 de Julho, apresentado pela Prefeitura Municipal de Salvador, que propunha, inclusive, a mudança do nome do bairro para Santa Tereza, desconsiderando totalmente a história do bairro. Nessa ocasião, foram discutidos, além do chamado projeto de humanização, os grandes empreendimentos privados do Cloc Marina Residence, da rede Txai Resorts, dentre outros. Participaram do evento a coordenadora do ERCAS, o Diretor Geral da Fundação Miguel Calmon, Representando o Governador e o Secretário de Cultura, o Relator Nacional do Direito Humano à Cidade da Plataforma DHESCA, DPE, técnicos da Prefeitura Municipal de Salvador, a SEDUR, Presidente da ACLAJ (Associação do Bairro 2 de Julho), Movimento Desocupa, Grupo de Pesquisa Lugar Comum e diversos moradores do Bairro 2 de Julho, muitos aqui hoje representados. Naquela ocasião, foram feitos diversos encaminhamentos no sentido de abrir o projeto da prefeitura para discussão com os moradores, além de encaminhamentos específicos para cada entidade

ali presente. A então Subcomissão, hoje Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano se comprometeu a acompanhar o processo de gentrificação no bairro, que é o que estamos fazendo agora, atendendo ao chamado dos moradores, movimentos e das associações aqui representadas, para discutir as recentes obras de ampliação do quebra-mar da Bahia Marina e o fechamento da Praia da Preguiça.

Esses fatos têm alarmado os moradores, com relação aos impactos causados ao meio ambiente, sobretudo os impactos nas pequenas porções de praias existentes nas imediações da Av. Contorno, como, por exemplo, a Praia da Preguiça. A instalação do quebra-mar poderá impactar na diminuição da faixa de areia da Praia da Preguiça, amplamente utilizada pela população moradora do entorno, inclusive para a prática de esportes. Informações recentes quanto ao fechamento dessa mesma praia desencadeou uma série de movimentações de moradores do bairro do 2 de Julho e das localidades da Preguiça e Gamboa de Baixo que oficializaram uma denúncia ao Ministério Público, com centenas de assinaturas e acionaram esta Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano, se fazendo presente na última reunião ordinária da Comissão.

No entendimento da importância da Praia da Preguiça para os usos culturais e de lazer da população do entorno e partindo dos pressupostos da Constituição Federal de que o mar e as praias são bens da união (Art. 20) e de que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” (Art. 225) é que iniciamos a realização desta audiência pública.

A deputada conclui informando que foi uma das relatoras da autorização para construção da Bahia Marina na gestão da então prefeita Lídice da Mata. Afirma que não é contra os avanços e desenvolvimento da cidade, mas que esses avanços não podem se dar prejudicando a população, e sem a sua participação efetiva.

A deputada Maria del Carmen, coordenadora e mediadora dessa audiência pública, dá prosseguimento a atividade concedendo a palavra aos presentes na ordem em que se segue, com respectiva síntese de suas explicações:

Adolfo Viana – deputado vice-presidente da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano a ALBA

Parabeniza a deputada Maria del Carmen pela iniciativa em promover essa audiência pública, e cita que esta audiência fazia parte do plano de trabalho apresentada à Comissão pela referida deputada. Sobre a questão da Bahia Marina, o deputado afirma que obras avançaram de forma

muito rápida, e ao conversar com os moradores do entorno quando se fizeram presentes na reunião da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano, pôde observar que a praia migrou, e avalia o risco de que com as novas obras talvez a praia não permaneça. Desta forma, o deputado informa que gostaria de saber da Bahia Marina de que maneira a praia será afetada. Afirma também que não é contra o desenvolvimento da Bahia Marina, mas esse desenvolvimento não pode interferir na vida dos moradores do entorno e usuários da praia.

Reynaldo Loureiro – Presidente da Bahia Marina

a Bahia Marina é o primeiro projeto de marina no país que teve sua aprovação totalmente aprovada em leis, foi iniciado em 1984 mas só foi de fato aprovada em 1996 por não haver legislação específica no país. Desta forma, foi aprovada através de uma medida provisória que, posteriormente, resultou na lei.

Sobre os impactos ambientais e sociais, o Presidente da Bahia Marina afirmou que a Bahia Marina, até seis meses atrás, era a única no país que pagava aluguel de superfície de água, e que o empreendimento está totalmente legalizado e que é realizado monitoramento ambiental a cada 6 meses, com a recuperação de espécimes em risco de extinção etc. Afirma ter boa convivência com moradores das comunidades locais, e que o empreendimento gera 1200 empregos, e que tem por instrução a todos os empreendimentos do complexo empregar moradores do entorno.

Ainda segundo o presidente, o Sr. Mario Gordilho, quando presidente da CONDER, afirmou que a Bahia Marina funcionou para requalificar o bairro do Comércio, uma área que estava degradada, e trouxe projetos de classe média para levar a vida para o lugar.

Sobre a recuperação da praia da Preguiça, o Sr. Reynaldo apresenta uma série de fotos a fim de esclarecer a real localização da Praia da Preguiça e descreve o processo que se deu ao longo do tempo pelo deslocamento/transferência de areia. Chamou atenção que na realização do EIA e RIMA, técnicos informaram que um dos efeitos da construção da Bahia Marina seria o crescimento muito grande da praia, e que isso seria o normal a acontecer caso houvesse areia em suspensão, mas que depois de 15 anos de implantação do quebra-mar, a praia ficou rigorosamente igual. Técnicos do IBAMA atestaram essas informações quando, na oportunidade, vieram estudar todas as opções para a recomposição da Praia da Preguiça. Ficou comprovado que não existe areia em suspensão, portanto, toda areia que hoje existe na praia apontada foi areia deslocada do outro trecho, devido a obras da Bahia Marina.

Apresentou autorizações e licenças expedidas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura, do Governo do Estado da Bahia e do IBAMA e a

realização de Audiências Públicas. Afirma que na época a SPU não autorizou a realização de um aterro, por não haver legislação específica sobre o assunto. Afirmou que a SPU fez vistoria pra verificar a existência de praias no local, e foi constatado que, segundo o relatório feito em 1996, não existia praia no local de implantação do projeto Salvador Bahia Marina. Esse relatório foi aprovado em Brasília por Hélio Carlos, então Secretário-geral do Patrimônio da União, Sr. José Geral de Miranda, coordenador-geral de engenharia, bem como pela delegada do patrimônio da união Jane Queiroz, , com portaria assinada pelo Ministro da Fazenda, que autorizava a realização do aterro e cedia onerosamente o uso do espaço físico em mar contíguo a área a ser aterrada, incluindo o quebra-mar. O projeto aprovado naquela época já contemplava o quebra-mar do tamanho que se objetiva alcançar com as atuais intervenções, ou seja, não se trata de uma ampliação, mas da construção da segunda etapa do projeto. Cita também que não se trata de uma área de domínio público, mas de uma área arrendada em 1997 pela Bahia Marina para implantação do projeto.

Cita inquérito instaurado em 2001 pelo MP para investigar o aparecimento de pedras na Praia da Preguiça que conclui que a melhor solução seria a construção do quebra-mar. Fez requerimento de licença ambiental, discussão que durou cerca de um ano e meio, e o IBAMA afirmou que o EIA/RIMA, por ter completado 5 anos, deveria passar pro processo de atualização. Decidiu-se por fazer novos estudos, posteriormente aprovados pelo IBAMA e entregue a demais órgãos competentes.

Em 2007 a Bahia Marina apresentou estudos sobre correntes marítimas e o IPHAN solicitou diagnóstico arqueológico subaquático, tendo o Bahia Marina providenciado e apresentado equipe para este estudo. Afirma que foram realizadas diversas reuniões com a comunidade a fim de apresentar o projeto, e tratar do processo de deslocamento da areia de uma praia para outra. E como alternativa, apresentou à comunidade a sugestão de aluguel de uma quadra para não prejudicar o futebol. E em agosto de 2010 foi realizada uma audiência publica com ampla divulgação para discussão do projeto. Em fevereiro de 2011, o IBAMA emitiu licença prévia com grande quantidade de exigências e condicionantes, e em janeiro de 2012 foi concedida a licença de instalação. Afirma que na época foi exigido por parte do IAB e CREA para prefeitura, na gestão do prefeito Fernando José, que se realizasse um estudo macro, de toda a área, então se delimitou do Mercado Modelo até o forte da Gamboa, até a Rua do Sodré. Chegou-se a conclusão de que também deveria ouvir a população sobre o projeto, mas não a opinião em uma audiência publica, segundo o Sr. Loureiro, onde nem todos teriam a oportunidade de se manifestar. Desta forma, foram convidados 14 personalidades baianas para, cada uma dessas pessoas, serem sabatinados. Dentre eles cita Paulo Ormino, Diógenes

Rebouças, Caribé, Arilda Cardoso, Gey Espinheira, Heliodoro Sampaio, Aleixo Belov entre outros. Conclui apresentando resumo do projeto aprovado, com galpão, entradas e acessos, shopping center vertical de três pavimentos duplos e hotel com 200 apartamentos e 6 pavimentos.

Deu prosseguimento descrevendo todo o processo de licenciamento, estudos e aprovação, bem como apresentação do projeto e intervenções da Bahia Marina, incluindo o de recomposição da praia. Afirma que a Bahia Marina não está recompondo a Praia da Preguiça por que querem, mas porque estão sendo obrigados.

Rafael Antônio Rocha Dias - Superintendente Regional da Secretaria do Patrimônio da União

Sobre a questão da Bahia Marina, como já foi explicado, a obra já tinha sido completamente autorizada através da Medida Provisória nº 1567 de 1997, que deu suporte a possibilitar a utilização das águas públicas de forma regular, que ainda não havia no Brasil. Cita também a Lei nº 7661 de gerenciamento costeiro, que não previa essa ocupação, daí a necessidade dessa medida provisória anteriormente citada.

A SPU tem o poder conforme a Lei nº 9636 para dispor sobre bens e áreas de marinha, águas e rios federais e terrenos de marinha, e evidentemente essas cessões e autorizações são feitas através de cumprimento de protocolos, como vistorias, por exemplo, e muito importante também através das manifestações dos órgãos ambientais, nesse caso especificamente o IBAMA. Afirma que a portaria a que se referiu o Presidente da Bahia Marina autorizava 177 mil m² de espelho d'água, entretanto só haviam sido ocupados 144 mil m², e isso foi aferido pelo SPU por solicitação do MPF. Essas obras já foram autorizadas pela portaria anteriormente, e a única questão que ainda encontra-se aberta e em discussão em Brasília é a do outro quebra-mar, mas a de ampliação do quebra-mar já existente está completamente autorizada.

Sobre o fechamento da praia, o Sr. Rafael afirma verificou que em visita e não constatou fechamento da praia, mas que se trata da construção de um guarda-corpo.

Conclui sua apresentação avaliando positivamente o programa de monitoramento e educação ambiental e os impactos ambientais positivos promovidos pela Bahia Marina.

Nilson Mendes – Representante do Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho

O Sr. Nilson Mendes inicia sua fala afirmando que as falas do Movimento e das comunidades não dispõem do aparato técnico apresentado pelo Sr. Loureiro, que justifica os investimentos

da Bahia Marina. Sr. Nilson cita fala do Sr. Loureiro ao afirmar que entre os pareceres todos e a questões previsíveis a praia naturalmente estaria crescendo, mas o que se vê é um recuo absurdo dessa praia, e gostariam de que tecnicamente algo que justificasse esse fenômeno, ou que se busque através da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano, pois o parecer técnico apresentado atesta o contrário.

Esclarece que os moradores do entorno não são contra o empreendimento Bahia Marina, pelo contrário, cita benefícios como mercado de trabalho, facilitação no acesso, mas também cita a construção de um muro que, apesar de não ter sido construído completamente, acabaria por fechar a praia. O Sr. Nilson afirma que a lei é muito flexível para os que são seus amigos, e isso preocupa a comunidade, quando o capitalismo anda de mãos dadas com a lei, e por essa razão louva a atitude da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano, e agradece ao empenho da deputada Maria del Carmen em defesa dos moradores do entorno.

Marcelo Teles – representante dos moradores da Ladeira da Preguiça

O Sr. Marcelo cita comentário realizado pelo Sr. Loureiro no que se trata a requalificação espacial realizada pela Bahia Marina mas que, segundo palavras do Sr. Marcelo, na verdade se trata de uma desqualificação, pois, no que tange aos 1.200 funcionários regulares na Bahia Marina, o que se presencia é o fato de vizinhos, por exemplo, serem contratados para atuarem como marinheiros mas na carteira de trabalho consta como se fossem empregados domésticos. No que tange problemas referentes à degradação ambiental, o Sr. Marcelo afirmou que se fala tanto em educar ambientalmente, inclusive com a instalação de projetos, mas questiona como falar em educação ambiental quando o próprio empreendimento é responsável pela degradação.

Edson Rosa – representante dos moradores do Solar do Unhão

O Sr. Edson fala que a comunidade do Solar do Unhão dispõe de projetos oferecidos pela Bahia Marina mas que ainda é pouco em relação ao que precisam e em relação a praia, pois o lazer acabou, diz ter provas que cerca de 18 ou 20 anos atrás existia uma praia e essa era o lazer do fim de semana, mas que onde existia uma praia, hoje existe apenas pedras. O Sr. Edson questiona o que será feito em relação a essa situação, e o que será feito para a comunidade ter de volta essa área de lazer. Sobre a questão de ajuda, projetos e empregos, afirma que sim, a Bahia Marina tem feito algumas ações, mas que ainda precisam de mais. Mas que a comunidade Solar do Unhão gostaria muito de ter sua praia de volta, e a forma como isso se dará, que a Bahia Marina responda.

Gloria Cecília Figueiredo – urbanista, diretora-presidente da Sociedade Brasileira de Urbanismo.

Ressalta na fala do empresário da Bahia Marina quanto da SPU, um certo entendimento de não aprofundamento sobre a utilização do patrimônio público, quanto a fala da utilização de terrenos de marinha e água, já que isso é patrimônio da união, um patrimônio público e deve passar sobre o crivo do interesse público. Dirige-se ao Sr. Reynaldo que a referida área é de domínio público, e continua sendo de domínio público mesmo tendo o seu domínio útil cedido, e se essa área não estiver cumprindo sua função social ela pode ser destituída. Afirma que quem explora esse tipo de área não pode achar que é dono da mesma.

Dialogando com a fala sobre atendimento de normas, é sabido que no país a utilização de normas é altamente seletiva, e Bahia Marina não cumpre o que consta na Lei nº 10.257, a qual diz que qualquer projeto de desenvolvimento urbano tem que ter participação popular desde o início de sua elaboração. Ela cita que foi apresentado apenas o registro de uma única audiência pública e que é sintomático a participação de moradores do entorno ser tão minoritária. São práticas recorrentes de invisibilidade dos moradores e usuários do espaço, que acabam sendo desconsiderados.

A urbanista afirma que a fala do Sr. Reynaldo, por várias vezes, contestou a existência da praia se reportando a legislação, mas que a Praia da Preguiça existe enquanto uso social, já que se constitui como uma área de balneabilidade de usuários daquele entorno, e isso precisa ser considerado. Destaca ainda que, tendo por base normas e legislação, para o projeto da Bahia Marina só foram elaborados EIA e RIMA, no entanto, e inclusive pela especificidade do empreendimento estar situado no Centro Antigo de Salvador, é fundamental a elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) como prevê o Estatuto das Cidades, e trata de aspectos de impactos urbanísticos. Aspectos como equipamentos urbanos e comunitários, uso e ocupação, valorização imobiliária e, por mais que se coloque como equipamento náutico, quem se utiliza do Bahia Marina e qual o poder aquisitivo desses usuários? A conjuntura daquela área, com empreendimentos imobiliários em uma nítida tentativa de definir o uso daquele espaço voltado para altíssima renda, sem a participação dos moradores do entorno e dos pescadores artesanais que, ainda se existem, são minoria, acabem por contribuir para a segregação. Resalta a importância de ter a presença da prefeitura para discutir essas questões, inclusive.

Segundo a Sra. Glória, o Sr. Reynaldo poderia contestar afirmando que há a oferta de emprego, mas não é só essa a questão, a população não pode ser apenas acessar aquela área

como trabalhadores, o espaço tem que ser disponibilizado para uso comum, é preciso espaços públicos, de fruição e utilização para além do uso econômico.

Sobre a existência de licenças autorizativas, a Sra. Glória afirma que possui-las, hoje, em Salvador, não significa nada, a julgar pelo próprio empreendimento Cloc Marina Residence, aprovado em área de proteção cultural e paisagística permanente, na qual a Bahia Marina também está inserida.

Quanto a SPU, a sra. Glória Cecília questiona sobre Projeto Orla que está constituído desde 2000, e tem como perspectiva, entre outras coisas, a regularização dos espaços de orla, sendo que Salvador sequer tinha assinado o acordo para o programa. Glória afirma que a fala da SPU em nenhum momento refletiu a atual política de gestão do patrimônio da União, e cita os princípios que a constitui: 1) gestão eficiente e transparente do patrimônio da União; 2) a garantia do cumprimento da questão socioambiental desse patrimônio, ressaltando sua articulação com políticas de inclusão social.

Ao também fazer referência à legislação, apresenta a Lei nº 9.636 que dispõe sobre a regulação sobre bens de administração da União, afirmando que caberá à SPU a incumbência de fiscalizar e zelar para que se mantenha a destinação e interesse público, o uso e a integridade física dos imóveis pertencentes ao patrimônio da União, podendo para tanto embargar serviços e obras, ou seja, a manutenção do patrimônio está vinculada ao interesse público, e tem-se que questionar o que é esse interesse público em cada cessão de uso. Já a Portaria de nº 404 de 2002, que estabelece os procedimentos para cessão de águas do mar, coloca uma coisa importante e que há que se discutir: havendo as necessidades das estruturas náuticas, objeto dessa portaria, utilizarem espaço físico em faixa de praia, deverá ser assegurando sempre livre e franco acesso a ela e ao mar.

Se dirige a SPU e questiona sobre a Portaria nº 229 de 1997, que disponibilizou a cessão à Bahia Marina, que também estabeleceu uma cessão para a prefeitura a fim de implantar sistema viário na região, uma área de cerca de 7000 metros quadrados. Questiona se essa área foi utilizada completamente, ou se ainda há área remanescente da prefeitura. E que é importante saber sobre essa área para se dar uso público e de interesse social ao espaço.

Afirma que no grupo de pesquisa ao qual esta integrada, ao levantarem dados vinculados a portaria que faz a cessão ao Bahia Marina, percebeu que há uma relação com a empresa Aldeota Empreendimentos, e não conseguiram identificar a portaria que faz essas cessão para esta empresa.

Sobre a Praia da Preguiça, apesar da fala do Sr. Loureiro colocar em dúvida sobre a existência ou não da praia, o próprio projeto, na sua justificativa, aponta a mitigação dos problemas na

Praia da Preguiça, e que isso indica, no mínimo, uma ambiguidade. Conclui afirmando que sua intenção não é demonizar empreendimento privado, mas tem que se pensar na multiplicidade dos usos, maior representatividade da população, e que não se pode pensar em patrimônio da União para tão poucas pessoas.

Leur Loamnto Jr. – deputado presidente da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos da ALBA

Segundo o dep. Leur, a audiência pública é o ambiente próprio para realizar debates como esse, ouvindo todos os atores. Parabeniza pelo investimento da Bahia Marina, prestando grandes serviços ao mercado náutico. Afirmou que todas as licenças existem, mas é necessário que a comunidade seja participante, e quem mais deveria se orgulhar é a comunidade que mora no entorno. Ratifica palavras da Sra. Glória, e pontua que ali é de fato frequentado por pessoas de alta renda. A Comissão de Meio Ambiente tinha preocupações de boatos sobre desaparecimento da praia e permanecerá atenta às obras.

Adolfo Viana – deputado estadual, vice-presidente da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da ALBA

O dep. Adolfo Viana afirma que o dep. Leur foi feliz em sua fala, mas pontua que essa audiência tem por objetivo principal defender a praia, pois pôde perceber que a praia desapareceu, pode observar também que na Praia do Solar do Unhão os estudos apontaram a sua ampliação, o que não aconteceu. O deputado Adolfo Viana questiona sobre o medidas a serem tomadas de forma a recuperar a praia.

Maria Luiza – deputada estadual, membro da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da ALBA

Afirma que vem acompanhando como membro da comissão todo o desenrolar sobre o processo que envolve a Praia da Preguiça, e sobre a praia afirma que se trata de um equipamento de lazer que pertence a todos, uma área publica de acesso dos cidadãos, incorpora e ratifica a fala dos deputados que a antecederam, e afirma que a discussão se dá entre a harmonização dos usos.

Maria del Carmen – deputada, presidente da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da ALBA

A deputada Maria del Carmen questiona sobre qual de fato é a Praia da Preguiça a fim de esclarecer que a praia ameaçada de fechamento na verdade de se trata da conhecida por Jaqueira do Unhão, e a Praia da Preguiça na verdade é a que, aparentemente pela construção da Bahia Marina, desapareceu.

Desta forma, a deputada mediadora do debate realiza alguns questionamentos:

- Pelo que se pode perceber, há uma obrigatoriedade estabelecida pelo IBAMA de recuperação da Praia da Preguiça. Essa recuperação é uma condicionante para a realização das obras? Qual seria então a proposta?
- De que muro se fala ao colocar que a praia será fechada aos moradores do entorno?
- Quantos empregos serão gerados após a ampliação do Bahia Marina?
- Se fará mais aterros nessa intervenção? Qual área será aterrada?
- Qual o valor pago à União pelo aluguel do espelho d'água?
- Qual a atual capacidade de atracação e, se essa capacidade é plenamente utilizada, o que justifica essa ampliação?

Reynaldo Loureiro – Presidente da Bahia Marina

Sobre o muro da praia, afirmou que a construção se deu por sugestão do mestre de obra que trabalhou na pavimentação do local, como recomendação de segurança. Desta forma, o mestre de obras construiu um corrimão de tijolos no lugar de um com estrutura tubular. Afirmou que já solicitou que essa estrutura fosse removida e substituída por outra de estrutura tubular. Sobre a quantidade de vagas de emprego e denúncia de subcontratações, afirma que não duvida que aconteça. Pois existem muitos proprietários de embarcações que no lugar de qualificar o marinheiro e pagar o seu salário base, que chega até a quase 4 mil reais, o contrata como domésticos. Mas isso representa uma minoria.

Sobre o crescimento da Praia do Solar do Unhão esclarece que não aconteceu. A praia não cresceu, mas caso realmente as correntes marítimas trouxessem areia em suspensão, o depósito se daria na referida praia. Ratifica os processos de crescimento e carregamento de areia da praia, e sobre processo e projeto de recuperação, dá destaque para o processo de remanejamento da areia.

Sobre a questão referente à quantidade de vagas para embarcações, responde que esse número é relativo e varia de acordo ao tamanho da embarcação.

Sobre área pública destinada a arruamento pela prefeitura, o Sr. Loureiro afirma que segundo acordo, se esta intervenção não fosse realizada em 6 anos, a Bahia Marina seria obrigada a comprá-la, e foi o que aconteceu.

Esclarece mais uma vez que a Praia da Preguiça é a que fica entre o Restaurante Amado e o Porto Trapiche. Afirmou que inclusive está previsto um aterro, e que a entrada da Bahia Marina será feita pelo Restaurante Amado, onde será dada por uma rotaria, quem embora seja uma área privada terá uso público (salienta ser privada para garantir que no futuro a prefeitura não a destine para instalação de barracas e camelôs). Informa que isso ainda está em fase de projeto, não foi discutido nem aprovado ainda. Nesse projeto ainda se propõe a construção de uma quadra poliesportiva para que a comunidade a utilize, de maneira civilizada, com iluminação e vestiário, já que hoje as comunidades do entorno jogam futebol e na praia, e praia não é local para prática do futebol.

Hortênsia Pinho – Promotora de Urbanismo do Ministério Público do Estado da Bahia (MP - BA)

De forma a contribuir com o debate, a promotora Hortênsia Pinha apresenta questionamentos objetivos, são eles:

Por que o Restaurante Amado não é mais um mirante, já que na primeira versão do projeto foi aprovado que ali fosse um mirante de uso da coletividade?

Sobre os impactos urbanísticos, ao ler os procedimentos percebeu que não foram avaliados os impactos urbanísticos, significativos, que essa ampliação gerará.

Sobre a utilização de bem do uso comum do povo, não apenas pelo fato de ser área de domínio da união, mas porque se constitui como bem de uso como do povo, no qual o uso exclusivo e monopolístico é vedado pela Constituição, sugere que o quebra-mar seja de livre acesso à população, como acontece em outras cidades pelo mundo.

Questiona se o posto de gasolina, o heliporto, e o residencial são empreendimentos que também se encontram em análise, pois ao que consta houve aprovação do IPHAN mas a SUCOM suspendeu por falta da aprovação federal.

Quanto à execução, o EIA e RIMA do projeto guarda grande qualidade técnica, mas em visita local só constatou a presença do operador de máquina e motoristas, não havia responsável técnicos, como engenheiros.

As pedras estavam sendo espalhadas pela ação do despejo, não se faz necessário uma estrutura para que essas pedras não se espalhassem? Leu isso no projeto mas não constatou em visita ao local.

Outro aspecto referente à edificação, a Constituição Estadual veta a construção de edificação a menos de 60 metros do mar. É importante que a sociedade saiba dessa determinação e avalie a necessidade de cumprimento.

Reynaldo Loureiro – Presidente da Bahia Marina

Em resposta a promotora, Dra. Hortênsia Pinho, o Sr. Reynaldo informa que também encaminhará respostas aos seus questionamentos por escrito.

Sobre o mirante, o TAC não fala especificamente em mirante, mas de um equipamento de uso público. Apresentaram projeto com objetivo de fazer um terminal turístico no qual todo o galpão seria demolido, obteve aprovação do IPHAN, porém não conseguiu aprovação da SUCOM. Posteriormente, a prefeitura aprovou o projeto para um terceiro, seu inquilino, sem que ele tivesse qualquer envolvimento, para a construção de um restaurante. O Sr. Reynaldo ratifica que o TAC não fala de praça ou mirante, mas de equipamento de uso público e permanente. Por este motivo, próximo à inauguração do restaurante a obra foi embargada e no final declarou-se o restaurante como equipamento de uso público, e na área onde hoje é utilizada como estacionamento não poderia haver portão, deveria ser aberto ao uso público. No futuro, imagina que seus netos ali farão a entrada principal, com uma rotatória e provavelmente uma quadra poliesportiva.

Sobre questão referente à visita à obra, o Sr. Loureiro afirmou que havia responsável técnico, tendo inclusive já tratado desse assunto com a promotora por telefone e esclarecido as questões. Informou que, sobre o lançamento das pedras, recebeu a visita do sindicato da construção pesada e que as pedras são jogadas para posteriormente serem arrumadas, e que não há a necessidade de engenheiro acompanhando esse procedimento.

Sobre os impactos urbanísticos e da paisagem o Sr. Reynaldo lamenta que a Dra. Hortênsia não tenha presenciado sua explanação inicial, mas que levará à promotora todos os estudos e impactos urbanísticos que foram feitos.

Sobre a questão referente ao bem de uso comum do povo *versus* uso monopolístico do espaço, ele afirma que se trata da praia da preguiça – a Dra. Hortênsia acrescenta que o mar também faz parte – e que hoje existem portarias e leis que permitem a concessão onerosa dessas áreas, e estão sobre essa concessão onerosa feita por volta do ano de 1998, que incorpora inclusive essa praia que foi formada agora, e será a entrada da Bahia Marina.

A urbanista Glória Cecília complementa que concessão onerosa não é privatização, pois qualquer empreendimento, mesmo com permissão, precisa estar sobre crivo do interesse coletivo. Cita, por exemplo, que o espaço não deveria apenas abrigar restaurantes, mas um centro cultural ou residências artísticas, considerando a alta produção cultural realizada pelos moradores do entorno, como do bairro Dois de Julho e da Gamboa, para que esses espaços

não se tornem guetos fechados a apenas uma classe social. E que haja uma cota nos atracadouros para utilização pelos pescadores artesanais.

Da plenária, alguém se manifesta para ratificar que a praia em risco de fechamento se chama Jaqueira do Solar do Unhão, e que a Praia da Preguiça é aquela que desapareceu, restando apenas pedras.

Referente à praia ter se transformado em pedras, o Sr. Reynaldo responde que contratou consultoria de especialista, José Maria Ladim, para realizar estudos sobre a praia e as possíveis ações a serem tomadas. O Sr. Reynaldo entrega cópia do relatório e sugere fazer uma entrega formal com apresentação para a comunidade.

Sr. Nilson Mendes intervém e solicita ao Sr. Reynaldo, ao contrário do que este sugeriu de tratar as questões levantadas pela Dra. Hortênsia Pinho em outro momento, que responda as questões colocadas pelos que o antecederam, como, por exemplo, a questão sobre os impactos urbanísticos e na paisagem, pontua que por se tratar de uma audiência pública as questões deveriam ser tratadas publicamente.

Com isso, o Sr. Reynaldo Loureiro afirma que pode falar do posto, do heliponto, do residencial e do futuro hotel. Segundo o Sr. Loureiro, o posto de combustível está aprovado, aguarda apenas regularização no patrimônio da União pois está em área além do que é cedida; o heliponto já dispõe de relatórios sobre impactos ambientais mas ainda não tem aprovação da SPU e da prefeitura; o residencial já tem alvará, e o IPHAN, para aprovação, exigiu retirada do 6º pavimento e boa parte do 5º pavimento; o hotel foi submetido a estudo de imagem pelo IPHAN e será todo limitado a cota da Av. Contorno, e ele já está aprovado pelo IPHAN, e está na SUCOM, na SEMUT, para análise pessoal do secretário e concessão do alvará.

A Dra. Hortênsia Pinha sugere a realização de audiências públicas para discutir com a sociedade esse projeto do hotel e demais intervenções citadas pelo Sr. Reynaldo Loureiro. Segundo a Dra. Hortênsia, o empresário ganha ao divulgar e discutir esses projetos desde a fase de elaboração com a sociedade e órgãos públicos, inclusive com o Ministério Público, pois o IPHAN, por exemplo, tem um olhar sobre o patrimônio histórico mas não necessariamente sobre a paisagem, desta forma faz-se necessário discutir com a sociedade, já que faz parte do imaginário simbólico e do pertencimento dos moradores do povo baiano, e as obras da Bahia Marina tem interferido constantemente nessa paisagem. A Dra. Hortênsia afirma que apesar da beleza do empreendimento, ele se apresenta de maneira segregadora e se faz necessário que o espaço seja socializado, desta forma pode-se pensar em uma concepção de projeto que incorpore outros segmentos da sociedade, o que pode ser feito sem inclusive

comprometer a viabilidade econômica do empreendimento. A Dra. Hortênsia ratifica seu questionamento sobre a expansão do quebra-mar, se as ‘vagas’ de fato eram ocupadas.

O Sr. Reynaldo Loureiro responde que o quebra-mar sempre foi projetado daquele tamanho, e que o número de ‘vagas’ varia de acordo ao tamanho da embarcação. Sobre o estudo e debate público, o Sr. Loureiro afirma que ele é feito inicialmente para a realização de um plano diretor.

A Dra. Hortênsia pontua que as audiências foram feitas em 2010, porém a dinâmica da cidade de Salvador é muito célere, então o que aconteceu há três anos pode não representar mais o sentimento da sociedade. Cita também as discussões sobre o PDDU, informando que são discussões mões abrangentes, porém a cada intervenção, quando há significativo impacto, a realização de audiências para discussão.

DEBATE COM A PLENÁRIA

Henrique Barreiros – arquiteto, representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU-BA).

Quando se fala em planejamento não se trata apenas de delimitar e pensar sobre área apenas, dissociada do todo, e se o IAB e o CREA fizeram esse tipo de planejamento no passado, fizeram errado. O Sr. Henrique pontua que determinadas classes sociais e grupos conseguem transpor barreiras institucionais que outras classes não conseguiriam, como por exemplo no caso do lazer náutico e de balneabilidade, também cita exemplo dos teleféricos do Corredor da Vitória. Afirma que a Bahia Marina está se transformando em um clube. O Sr. Henrique barreiros questiona as audiências públicas feitas com notáveis da sociedade soteropolitana e afirma que esses notáveis pertencem a uma classe média alta, potenciais usuários do Bahia Marina, e questiona projeto de um hotel para borda marítima. Dirige-se ao representante da SPU e afirma que estão sendo corresponsáveis por esses projetos.

Laila Mourad – urbanista, membro do grupo de pesquisa Lugar Comum (PPGAU/FAUFBA)

Ficou bastante preocupada com as falas dos representantes da SPU e da Bahia Marina, pois não ficou claro qual seria a estratégia imobiliária, o projeto mais amplo por trás dessa discussão, e agora se faz claro. Segundo a Sra. Laila, nesta audiência se discutiu a inviabilidade do acesso a praia, mas a discussão vai muito além desse processo, o impacto é

bem maior. um projeto desse porte, envolvendo hotel, residenciais para classe A, um heliporto, um posto de combustível, mesmo com a aprovação apresentada, envolve impactos paisagísticos significativos, principalmente por estar se falando da Bahia de Todos os Santos, cujo valor simbólico e histórico é de suma importância para a cidade. Este projeto gerará uma aferição de renda enorme para esta empresa e isto precisa ser explicitado. Questiona qual a visão de inclusão e igualdade social que um projeto como esse trás para a cidade. Afirma que tentou anteriormente, para fins de pesquisa, ter acesso a informações sobre esse projeto e não obteve sucesso, e acredita que se faz fundamental a discussão desse projeto, pois ele impacta diretamente a cidade e que não se pode limitar a análises técnicas apenas da gerência de patrimônio.

Aurélio Nunes – assessor da Senadora Lídice da Mata

Justifica que a sua presença se faz pelo fato de que em dado momento a senadora se manifestou publicamente em relação à questão da Bahia Marina, e por esta razão foi chamada pela comunidade a participar desse processo, inclusive por ter sido em sua gestão na prefeitura de Salvador que foi dado início o licenciamento do empreendimento Bahia Marina. Parabeniza a deputada Maria del Carmen pela promoção do debate, porém acredita que fugiu do foco da audiência, que seria a ameaça sofrida por quatro comunidades com o fechamento da praia pela Bahia Marina. Com isso, afirma que nenhuma das discussões apresentadas até aquele momento, todas importantes, salienta, terá alguma validade se não aproveitar esta oportunidade a fim de garantir o comprometimento por parte da Bahia Marina de que o acesso à praia estará garantido, bem como a recomposição da Praia da Preguiça. Conclui afirmando que se não obtiverem respostas a essas demandas, de nada terá valido essa audiência.

Ivana Chastinet – membro do Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho

Afirma que os moradores do Bairro 2 de Julho estão sentindo todos esses impactos do *boom* imobiliário que está acontecendo no Centro Antigo de Salvador e que as comunidades da Gamboa, da Ladeira da Preguiça, do Solar do Unhão e do 2 de Julho, sempre frequentaram a Praia da Preguiça e da Jaqueira do Unhão. Acredita que empreendimentos como o da Bahia Marina precisam estabelecer um diálogo antes de realizar intervenções próximas a essas comunidades, partindo inclusive de estudos de impactos sociais. Afirma que esse empreendimento está esperando dinheiro que vem de fora, pois infelizmente o soteropolitano não tem capacidade de consumi-lo. Fala que a contrapartida oferecida pela Bahia Marina aos

moradores das comunidades do entorno precisa ser bem mais que a oferta das 1200 vagas de empregos, como programas de qualificação profissional, por exemplo.

A Sra. Ivana Chastinet afirma que essas pessoas não precisam ser revitalizadas, pois elas têm e dão vida a esses locais em que moram, e que não precisam ser qualificadas, pois já o são. Pontua que as áreas em que elas moram foram desabilitadas e precisam ser reabilitadas, e isso se dará através do diálogo, bem como por programas para pescadores artesanais, creches, emprego e renda, por exemplo. Conclui afirmando que os espaços são dos moradores, não dos empresários, e cita exemplo das barracas de praia que foram removidas, diferentemente do que acontece com grandes empreendimentos que permaneceram na orla marítima.

Luiz – professor da rede estadual de ensino

Narra que integra um projeto de Educação Ambiental da Bahia Marina voltada à comunidade Solar do Unhão, e afirma que os moradores da comunidade não tem acesso a uma educação de qualidade. Afirma que tentou construir alguns projetos, nos quais a Bahia Marina se propôs a levar para a comunidade, como uma rádio comunitária, um centro de inclusão digital e projeto de atividades náuticas. Informa que fez um convite ao Sr. Reynaldo Loureiro para visitar a comunidade, e questiona se, por diversas razões, ele de fato aceitaria esse convite. Desta forma, faz solicitação para que a Bahia Marina tenha mais interação com esses moradores do entorno. Conclui que não é contra o empreendimento Bahia Marina, mas se faz necessário aumentar o debate e interação com os moradores do entorno, e que a Bahia Marina dê início e mantenha os projetos sociais voltados para essas comunidades.

Aleixo Belov – engenheiro, escritor e navegador.

Fala da importância da Bahia Marina para o turismo e esporte náutico, e afirma que as pessoas que não têm condições de comprar uma embarcação podem ser convidadas por quem as possui e usufruir do espaço. Afirma que inclusive possui um barco na Bahia Marina. Sobre a praia, afirma que quando foi construído o quebra-mar na Bahia Marina, o movimento das águas arrastou a areia da praia para outro lugar, desta forma o IBAMA obrigou o Sr. Reynaldo a fazer o outro quebra-mar e reconstituir a praia e informa que a construção do outro quebra-mar é importante para a segurança dos barcos atracados. Pontua que é qualificado tecnicamente para afirmar que retirando a areia da praia do Soho e levando de volta ao local de onde foi carregada, a praia seria perene. Pontua que sugeriu ao Solar do Unhão que construa um quebra-mar para proteger a estrutura que vem sendo danificada pelo

movimento marítimo, inclusive sugere que seja uma extensão do quebra-mar da própria Bahia Marina.

Solange Araújo – professora de arquitetura, representante do Instituto dos Arquitetos da Bahia.

Ratifica a importância dessa audiência pública. Afirma que se ouve falar de investimentos nessa área da Bahia Marina desde os anos de 1980, mas só agora que se está tomando conhecimento, em uma audiência pública. Afirma que o IAB não é contrário à Bahia Marina, que a cidade necessita da expansão, porém cita a apresentação do Sr. Loureiro sobre as exigências que o CREA e o IAB fizeram na época em que analisaram o projeto da Bahia Marina, bem como os questionamentos da Dra. Hortênsia Pinho sobre os impactos urbanísticos e paisagísticos. Sobre os profissionais que deram pareceres sobre o projeto (como Diógenes Rebouças), afirma que se tratava de uma outra época e uma outra forma de se fazer planejamento, que não é a mesma atualmente. E afirma que, se o Professor Heliodoro Sampaio, citado pelo Sr. Loureiro, estivesse presente, muito provavelmente ele repensaria seu posicionamento, já que todas as propostas feitas nos anos de 1980 precisam passar por uma atualização. Conclui afirmando que haverá impactos nas áreas e ratifica a importância da atualização desses estudos, e que o IAB está bastante preocupado com a especulação que existe nessa área, que deve ser combatido através da promoção de usos voltados ao interesse coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marcelo Teles – representante dos moradores da Ladeira da Preguiça

Afirma que a Praia da Jaqueira sempre foi frequentada, apesar da pequena faixa de areia. E referente à pesca predatória com bomba citada pelo Sr. Loureiro, de fato houve uma diminuição desta atividade, mas junto com isso houve uma redução da pesca submarina e de rede, devido a proibição e desaparecimento dos peixes. Cita também perda do espaço para embarcação desses pescadoras. Questiona ao Sr. Reynaldo Loureiro qual a contrapartida para esses moradores e pescadores, se haverá disponibilização de vagas para suas embarcações.

Edson Rosa – representante dos moradores do Solar do Unhão

Ratifica importância da devolução da praia extinta para os moradores das comunidades bem como a garantia de acesso, e espera ações da Bahia Marina.

Nilson Mendes – Representante do Movimento Nosso Bairro é 2 De Julho

Convida para o evento que será realizado na Ladeira da Preguiça com o objetivo de chamar atenção para o estado de degradação que se encontra a área.

Gloria Cecília Figueiredo – urbanista, diretora-presidente da Sociedade Brasileira de Urbanismo.

Dirige-se aos empresários e mais especificamente ao representante da Bahia Marina, e afirma que a cidade segregada é ruim para todos, pois aumenta índices de violência, por exemplo. Aos moradores sugere o exercício de se pensar, considerando que a Bahia Marina está em um espaço público, qual a Bahia Marina que eles gostariam. Ela sugere que seja um equipamento náutico com espaços de convivência, praças, vagas no píer para os pescadores artesanais, entre outras.

Hortênsia Pinho – Promotora de Urbanismo do Ministério Público do Estado da Bahia (MP - BA)

Dirige-se ao Sr. Aleixo Belov e afirma que todos gostam de marinas, que não há oposição quanto a isso, inclusive deveria resgatar a da Cidade Baixa, a de Aratu, e questiona o motivo pelo qual se concentra todos os investimentos em apenas um local. Explica que a paisagem não se trata de uma fotografia congelada, mas sim as ações e a vida das pessoas sobre o espaço, e essa paisagem precisa ser preservada não apenas para a elite da cidade. Afirma que cabe a SPU, a SUCOM, ao IPHAN, a SEMUT preservar isso. Afirma que o MP instaurou inquérito civil e tentarão apurar os projetos que envolvem o hotel e o residencial, por exemplo, cita que se tratou de informações que não foram disponibilizadas a ela, mesmo sendo a única promotora de urbanismo em Salvador, e isso se estende a todos os outros profissionais da área. Conclui afirmando que está se falando de um bem de uso comum do povo e ele não pode ser utilizado de forma monopolista e segregadora.

Rafael Antônio Rocha Dias - Superintendente Regional da Secretaria do Patrimônio da União (SPU)

Ratifica importância de audiências públicas, e esclarece que a SPU não é conivente com a degradação nem com ocupação irregular. Nessa questão especificamente, afirma que se trata de uma questão discutida, como afirmou a Prof. Solange, a anos atrás e que hoje não há nenhum projeto em análise pela SPU, inclusive do hotel e do residencial citados, que apenas

essa nova vértice a ser construída está em análise em Brasília. Fala sobre o processo de retirada das barracas da orla da cidade, esclarecendo que não foi uma ação da SPU. Cita o papel e responsabilidade social da SPU citando projetos de regularização fundiária pelo estado da Bahia. Conclui afirmando que em questões de licenciamento a SPU, geralmente, é o último órgão a se pronunciar.

Adolfo Viana – deputado estadual, vice-presidente da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano a ALBA

Afirma que o objetivo dessa audiência pública foi o de defender o direito dos moradores à praia, cita fala do Sr. Aurélio Nunes e ratifica a importância de que se garanta naquele momento o acesso dos moradores, ao tempo que questiona a Bahia Marina como se dará esse processo de recuperação da Praia da Preguiça.

Maria del Carmen – deputada estadual, presidente da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da ALBA

Sugere que se realizem novas audiências públicas, o que beneficiaria a Bahia Marina pela possibilidade de construção de uma nova relação com a cidade. Cita colaboração da Prof. Solange e afirma que de fato a apreciação pela sociedade e notáveis do projeto da Bahia Marina se deu em um outro contexto histórico e social, e que atualmente existem outras ferramentas tecnológicas e instrumentos legais, como por exemplo a realização de Estudos de Impacto de Vizinhança, preconizado pelo Estatuto das Cidades.

A deputada Maria del Carmen pontua a importância do diálogo do empresário com os moradores do entorno, bem como com toda a cidade. Solicita ao Sr. Loureiro o compromisso de que a praia será recuperada e garantida para os moradores, inclusive por estar como condicionante exigida pelo IBAMA e questiona o tempo que levará para conclusão desse processo e como se dará, bem como a garantia da utilização por pescadores artesanais. Sugere que aumente a contratação dos moradores do entorno no empreendimento Bahia Marina e que se ofereça qualificação técnica para esses moradores. Conclui afirmando que, pelo que se pode perceber, a convivência da Bahia Marina com os moradores do entorno precisa ser melhorada, reforçando que se pense em estratégias para que isso aconteça, o que seria benéfico para ambas as partes – cita exemplo das demandas da plenária como rádio comunitária e centro de inclusão digital, bem como ser parceira em outros programas sociais.

A Dra. Hortênsia Pinho complementa que as sugestões poderiam ser menos tímidas e sugere que a Bahia Marina financie um plano de bairro como contrapartida, pois até o momento a

medida compensatória foi de 38 mil reais, valor muito pequeno frente aos impactos que essas obras gerarão. Também sugere que a Bahia Marina participe dos estudos geológicos da Av. Contorno.

Reynaldo Loureiro – presidente da Bahia Marina

Afirma que essa audiência pública foi bastante esclarecedora e serviu inclusive para repensarem muitas ações. Em seguida, faz alguns esclarecimentos:

- A Bahia Marina é aberta a população, 90% dos frequentadores do empreendimento não tem relação com embarcações. São os frequentadores dos restaurantes, lojas, bem como pela Bahia Marina ser um ambiente seguro. Afirma que a manutenção do que chamou de “oásis” custa cerca 140 mil reais por mês.
- Dirige-se ao Sr. Henrique e informa que na cidade deveria ter uma entidade apolítica ligada ao poder executivo para definição dos planos diretores da cidade, como é feito no Rio de Janeiro e Curitiba e afirma que concorda com o planejamento através de definição de poligonais, de porções da cidade.
- Afirma que uma marina, em qualquer parte do mundo, não é apenas um quebra-mar, que existe uma integração com os projetos imobiliários acoplados a ela, caso contrário não seria viabilizada.
- Sobre os terrenos aforados, foi dito que se faz necessário o julgamento pela SPU. Afirma que os terrenos da Bahia Marina foram aforados, ou seja, não ganharam o terreno por ter feito o aterro, mas sim compraram da União esses terrenos. E quando se compra um terreno da União, o projeto é submetido a diversas instâncias e após esse processo se apresenta as licenças a SPU.
- Ao Professor Luiz afirma que conhece a comunidade, tendo inclusive realizado visitas, afirma que fez urbanização de uma pracinha, e que até hoje realiza manutenção, apesar de não conseguir manter o jardim, pois o pessoal tirava e vendia as mudas de plantas na Av. Contorno.
- Afirma que não há proibição de mergulhadores, faz objeção a bombas, porém dentro da bacia da Bahia Marina, por questões de segurança, é vetada a pesca.
- Esclarece que o Sr. Aleixo Belov não integra o quadro profissional da Bahia Marina, porém por ele ser um especialista da área, ele é um consultor, inclusive muitas dessas consultorias são gratuitas.
- Sobre o tempo da recuperação da praia afirma que, só a partir da conclusão do quebra-mar, o qual está em curso, se poderá fazer a remoção. Porém afirma que, à praia que existe hoje, embora esteja arrendada a Bahia Marina, não haverá qualquer restrição de uso. Afirma que o muro construído, que na verdade é um guarda-corpo, será

derrubado nesse mesmo dia e substituído por uma estrutura de tubos. Afirma, inclusive, que se preocupa com o patrimônio histórico da região e se compromete a contratar um arqueólogo para garantir a preservação do mesmo.

- Aborda questões relativas à compensação, citada pela Dra. Hortênsia, e informa que existe um programa do IBAMA que realiza esse cálculo. E esclarece que a Bahia Marina comprou o terreno, alugou o mar, no qual o quebra-mar está inserido, e que por questões de segurança não pode ser aberto ao público, apenas para usuários da Bahia Marina. Quando afirma que a Bahia Marina é um equipamento de uso público, não significa que está completamente aberto para todos, por questão de segurança.

Gloria Cecília Figueiredo – urbanista, diretora-presidente da Sociedade Brasileira de Urbanismo.

Questiona ao Sr. Reynaldo Loureiro se a Bahia Marina irá realizar como sugerido pelos presentes, o EIV para avaliar os impactos urbanísticos, bem como financiar o plano de bairro como contrapartida, pois essa seria a oportunidade de discutir conjuntamente com a comunidade essas ações.

Maria del Carmen – deputada estadual, presidente da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da ALBA

Sugere que se analise o termo de concessão concedido pela SPU, para que se possa avaliar como poderia se dar a convivência entre a Bahia Marina e as comunidades do entorno. Pontua que o Sr. Reynaldo não respondeu completamente as questões levantadas pelos presentes e as reitera, questionando sobre o compromisso de contribuição da Bahia Marina para os projetos voltados as comunidades do entorno, o que seria extremamente positivo para todos. Sugere que esse espaço, ocupado pela Bahia Marina, possa ser pensando de forma a garantir a utilização de toda a cidade, já que hoje está reservado para um determinado segmento da sociedade.

Adolfo Viana – deputado estadual, vice-presidente da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano a ALBA

Questiona se o não cumprimento das condicionantes estabelecidas pelo IBAMA, de recomposição da Praia da Preguiça, não inviabilizaria a continuidade das obras e suas licenças.

Maria del Carmen – deputada estadual, presidente da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da ALBA

A deputada Maria del Carmen constata que, devido os diversos questionamentos que ainda partiam dos presentes, o processo não ficou completamente esclarecido. Desta forma, e devido ao avançar da hora, aponta a necessidade de proposição de novas audiências para apresentação e de debate do projeto com a comunidade, com prazos de realização, metodologia etc. Questiona se há a possibilidade de manutenção das duas praias, da Preguiça e da Jaqueira do Unhão, bem como a metodologia a ser empregada nesse processo. Sugere que a Bahia Marina não dê início as outras obras sem que antes houvesse uma reunião/audiência conjunta com a comunidade, inclusive sugere que seja feita em parceria com o Ministério Público.

A deputada Maria del Carmen encerra a atividade agradecendo a todos os presentes, especialmente ao Sr. Reinaldo Loureiro.

ENCAMINHAMENTOS

À Bahia Marina

- Compromissos assumidos:
 - Substituição do guarda-corpo de tijolos construído na Praia da Jaqueira do Unhão por um de estrutura tubular. Garantia do acesso permanente e irrestrito às praias do entorno.
 - Apresentação e ampla discussão sobre o plano de recomposição da Praia da Preguiça, bem como metodologia a ser utilizada, prazos etc.
- Encaminhamentos:
 - Realização de audiências públicas com ampla divulgação e participação da sociedade para a discussão do projeto de ampliação do empreendimento Bahia Marina, incluindo a construção do heliporto, posto de combustível, hotel e residencial.
 - Realização de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), previsto pelo Estatuto da Cidade e pela Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS) de Salvador, para as novas intervenções (hotel, heliporto, residencial, posto de combustível, entre outros).

- Contrapartidas sociais e econômicas para as comunidades do entorno, bem como para toda a sociedade:
 - Rádio comunitária
 - Programa/Centro de inclusão sociodigital
 - Programas sociais
 - Projetos de qualificação e capacitação profissional
 - Parceria no financiamento de um Plano de Bairro para as comunidades
 - Parceria na elaboração de estudos geológicos na Avenida Contorno
 - Disponibilização do atracadouro da Bahia Maria para utilização dos moradores do entorno e pescadores artesanais.
 - Socialização de áreas comuns e de livre visitação e circulação, através de espaços que não induzam ou priorizem o consumo.

Ao Ministério Público do Estado da Bahia

- Solicitação de realização, pelo empreendimento Bahia Marina, de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), previsto pelo Estatuto da Cidade e pela Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS) de Salvador, para as novas intervenções (hotel, heliporto, residencial, posto de combustível entre outros).
- Compatibilização do empreendimento Bahia Marina com a Legislação do Estado da Bahia, a qual veta a construção/edificação em áreas de borda marítima, de distância inferior a 60 metros do mar.
- Acompanhamento das condicionantes exigidas pelo IBAMA para a continuidade das obras de intervenções do empreendimento Bahia Marina, dentre elas a recomposição da Praia da Preguiça.
- Realização de audiência pública para a discussão do projeto de ampliação do empreendimento Bahia Marina, incluindo a construção do heliporto, posto de combustível, hotel e residencial.

Ao Ministério Público Federal

- Acompanhamento das condicionantes exigidas pelo IBAMA para a continuidade das obras de intervenções do empreendimento Bahia Marina, dentre elas a recomposição da Praia da Preguiça.

Ao IBAMA

- Parecer técnico sobre o “esvaziamento” da areia da Praia da Preguiça, bem como das condicionantes exigidas ao empreendimento Bahia Marina para continuidade das obras de intervenção.
- Avaliação da possibilidade de manutenção e permanência das duas praias, sejam elas a Praia da Preguiça e a Praia da Jaqueira do Solar do Unhão.

À Prefeitura Municipal de Salvador – SUCOM e SEMUT

- Solicitação de realização, pelo empreendimento Bahia Marina, do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), previsto pelo Estatuto da Cidade e pela Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS) de Salvador, para as novas intervenções (hotel, heliporto, residencial, posto de combustível, entre outros).
- Compatibilização do empreendimento Bahia Marina com a Legislação do Estado da Bahia, a qual veta a construção/edificação em áreas de borda marítima, de distância inferior a 60 metros do mar.